

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
TERENOS****DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LOA 2024****CONVITE****AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LOA 2024****NÓS TEMOS UM CONVITE PARA VOCÊ!**

CUMPRINDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, A PREFEITURA DE TERENOS/MS REALIZARÁ - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2.024, CONFORME DISPÕE O § 4º DO ART. 9º E O ART. 48º DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

A REALIZAR-SE NO PRÓXIMO DIA 20 de OUTUBRO DE 2023, COM INÍCIO ÀS 09:00 HORAS NO CENTRO CULTURAL RAMEZ TEBET, RUA VALDEVINO PEREIRA DE NOVAES, 30 - CENTRO - TERENOS / MS - CEP: 79.190-000.

CONTAMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO! PODEREMOS, JUNTOS, CONSTRUIR UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR.

KATIUCE BATISTA ZUANAZZI LOURENÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Matéria enviada por LIDIA LOPES DE ALMEIDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**decreto 6616****DECRETO N º 6616 , DE 02 DE OUTUBRO DE 2023.**

"DISPÕE SOBRE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS CORRENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP), EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 76-B DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988"

O PREFEITO DE TERENOS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município; e;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional Nº 93/2016, de 08 de setembro de 2016, acrescentou o Art. 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT/CF);

CONSIDERANDO que o Art. 76-B desvincula de órgãos, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas municipais relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, com exceção das receitas mencionadas nos incisos I a III, do parágrafo único, do Art. 76-B, do ADCT/CF, (art. 149-A) possui uma destinação específica, qual seja, financiar os serviços de clareamento de logradouros, praças, vias públicas, etc.

Contudo, em que pese a vinculação constitucional das receitas da COSIP, a Emenda Constitucional nº 93/2016 previu que os municípios poderão desvincular "de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes" (art. 76-B do ADCT).

Não obstante o texto constitucional não citar expressamente as receitas da COSIP, entende-se que estes recursos enquadram-se no conceito de "outras receitas correntes". Inclusive, contabilmente, a receita de contribuição para o custeio de iluminação pública é classificada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) como "receita corrente". Segundo o MCASP, sob a ótica da classificação orçamentária, a "Contribuição de Iluminação Pública" é Espécie da Origem "Contribuições", que integra a Categoria Econômica "Receitas Correntes".

No mesmo sentido, é o entendimento jurídico sobre o tema, : 1) A Desvinculação das Receitas dos Municípios, prevista no art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 93/2016, aplica-se às receitas relativas à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública; 2) Considerando a natureza da norma e o seu objetivo, sobretudo à luz do princípio da máxima efetividade das normas constitucionais, o art. 76-B do ADCT ostenta eficácia plena, porquanto possui todos os elementos necessários para sua autoaplicabilidade, podendo, portanto, ser operacionalizado via decreto, dispensando edição de lei em sentido estrito para a sua aplicação; 3) A Desvinculação das Receitas dos Municípios operada pelo art. 76-B do ADCT produz efeitos sobre as receitas efetivamente arrecadadas a partir de 01/01/2016, devendo ser estritamente observadas, na realização de eventuais ajustes contábeis, as disposições da Lei n. 4.320/64 e demais normas do Direito Financeiro aplicáveis. Diante de todo o exposto acima, o Prefeito Municipal de Terenos:

DECRETA

Art. 1º. Fica desvinculada, até 31 de dezembro de 2023, o importe de até 30% (trinta por cento) da receita proveniente dos valores relativos à Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP), nos termos do Art. 76-B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. O respectivo numerário da receita da COSIP será destinado a Infraestrutura Urbana – Recapeamento Asfáltico

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Terenos/MS, 02 de outubro de 2023.

Henrique Wancura Budke
Prefeito Municipal

Matéria enviada por LIDIA LOPES DE ALMEIDA